

Arquivo digital: gestão e serviços ao utilizador

Maria João Pires de Lima, Francisco Barbedo, António Sousa, Silvestre Lacerda

Arquivo Distrital do Porto
Rua das Taipas, 90
4050-598 Porto
Tel: 223395170
E-meile: info@adporto.org

RESUMO

Hoje em dia o acesso aos documentos custodiados pelos arquivos passa pela valorização do ambiente digital: pesquisa e acesso em formatos digitais e, futuramente, pela aquisição/recepção de documentos digitais. Assim, falar em arquivos digitais ganha uma dimensão valorizadora que não se confina à simples existência de ficheiros digitais que reproduzem os originais.

É nesta linha que o ADP encarou o desenvolvimento de um projecto que contempla não só a digitalização de originais e a colocação em consulta, local e remotamente, dessas reproduções e dos instrumentos de acesso aos mesmos, como prevê a preparação do relacionamento com os diversos públicos utilizando o mesmo ambiente: fornecimento de reproduções digitais a quem consulta, guias de incorporação em formato digital às entidades produtoras, assessoria visando a incorporação de documentos digitais.

O projecto foi um ponto de partida para esta evolução tecnológica em curso no Arquivo Distrital do Porto.

PALAVRAS-CHAVE: arquivo digital; acesso; normalização arquivística; objecto digital; preservação.

INTRODUÇÃO

Os Arquivos Distritais têm hoje como missão gerir de forma integrada a memória do passado e do presente, competências que lhe são cometidas por lei (Decreto-Lei n.º 149/83, de 5 de Abril e Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março) embora reguladas de forma pouco clara e sistemática.

Arquivo especializado, o Arquivo Distrital do Porto (ADP) tem vindo gradualmente a assumir uma postura proactiva nas diferentes funções nucleares que desenvolve, atendendo aos recursos de que dispõe (humanos, financeiros, tecnológicos):

– Na aquisição de arquivos, na sua valorização e acessibilização, ao intervir nos acervos documentais que tenham adquirido o direito de serem definitivamente conservados, pelo seu reconhecido valor patrimonial, promovendo a sua incorporação, incentivando doações e depósitos de arquivos.

– No apoio técnico às organizações produtoras de documentos, públicas e privadas do distrito do Porto, ao

assessorar sobre aspectos técnicos específicos, nomeadamente nas áreas de concepção e gestão de sistemas de arquivo, de gestão de documentos, de transferência de suporte e de elaboração de planos gerais de preservação, valorando os arquivos enquanto recursos organizacionais de uma enorme mais-valia para as instituições.

– Na extensão cultural e educativa, ao divulgar o património arquivístico através da organização de visitas, da promoção de exposições, conferências e debates.

– Na cooperação científica, ao desenvolver acções de procura de conhecimentos empreendidas nas áreas da ciência da informação/arquivística.

Num contexto de afirmação da Sociedade da Informação em Portugal, a crescente exigência dos cidadãos obriga a que se perspetive o trabalho dos arquivos de forma inovadora e se planifique esse trabalho em função das reais necessidades da sociedade.

Nesse sentido, o ADP, enquanto serviço de arquivo, tem procurado introduzir uma mudança organizacional que vise melhores formas de alcançar resultados, designadamente no acesso às fontes de informação que custodia e na sua difusão informacional.

Com esse objectivo tem investido na área das tecnologias de informação e comunicação (TIC), designadamente na Internet, enquanto instrumento privilegiado de aproximação com os seus clientes, tendo em vista a modernização da Instituição, encontrando-se a desenvolver serviços, aplicações e conteúdos assentes numa infra-estrutura de banda larga, amplamente disponível, a fim de otimizar a disponibilização desses serviços e a simplificação dos processos internos.

A colocação de conteúdos culturais na Internet permite a resolução em tempo útil das necessidades dos seus clientes e a valorização do serviço público que presta, capaz de servir o cidadão, de apresentar resultados, de mobilizar energias e capacidades.

Enquanto organização, o ADP tem promovido o desenvolvimento de uma cultura organizacional apostada no mérito, no incentivo ao desenvolvimento individual e

colectivo, na busca da exigência e da excelência, com a introdução de novos processos de trabalho. Uma mudança organizacional que espera vir a ter uma ampla aceitação social por parte dos clientes do Arquivo, assente em estrutura de projectos e que tem vindo a implicar novas formas de relacionamento dos seus agentes.

A promoção de uma política de modernização da instituição, estimulando os seus colaboradores, inovando processos e introduzindo novas práticas de gestão, embora não tenha recursos que possibilitem uma aposta forte na formação, valorização e qualificação dos diferentes actores do ADP, são também práticas desenvolvidas.

A concretização desta estratégia exige, pois, meios que o Arquivo Distrital do Porto não dispõe.

O PROJECTO DIGITARQ

A candidatura ao Programa Operacional da Cultura do projecto DigitArq – Produção, conversão e gestão de conteúdos digitais de arquivo (n.º 315/02) integrou-se, por isso, nos objectivos mencionados, na procura de uma maior visibilidade do ADP, enquanto actor social interveniente e inovador na valorização e salvaguarda do património arquivístico distrital.

As características do projecto são inovadoras no âmbito do que habitualmente vemos concretizar nesta área da digitalização e disponibilização de informação (referência) dos documentos de arquivo. Neste sentido, desde o início, tínhamos por adquirido que o projecto não se esgotaria no dia em que terminasse, não só porque os equipamentos continuariam a permitir a digitalização e o enriquecimento dos conteúdos passíveis de disponibilizar em formato digital mas também porque possibilitaria a constituição de um saber-fazer (*know-how*) interno, isto é no país, passível de ser transmitido a outras instituições, de que esta comunicação é um exemplo.

O projecto inicial era mais vasto do que o submetido ao POC: além da conversão dos instrumentos de pesquisa/descrição, da estruturação de uma cadeia de digitalização e do armazenamento dos objectos digitais, integrava, ainda, o circuito de disponibilização em linha ao utilizador dos documentos e o fornecimento de cópias e respectivo pagamento remoto (comércio electrónico), isto é, uma gestão dos pedidos do utilizador remoto, feita em linha e, na impossibilidade de ser feito em tempo real, num espaço de tempo consentâneo com as prestações das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

Uma intervenção desta envergadura não era elegível nos programas que concedem apoio sob a forma de financiamento de projectos. Essa foi a informação que obtivemos nos contactos com diversas estruturas de financiamento:

– Programa Operacional da Sociedade da Informação (POSI): medida 3.1 “Estado Aberto – Modernizar a Administração Pública” do Eixo III (EAGIRE) além de outras medidas, como a 2.1 (Acessibilidades), 2.2 (Conteúdos) e o FASI (Fundo de apoio à dinamização da Sociedade da Informação em Portugal);

– Programa Operacional da Cultura (POC);

– Programa Operacional da Região Norte (PORNORTE).

Em cada programa, a resposta era que não apoiavam uma determinada medida ou acção do projecto e, portanto, este deveria ser apresentado a outro programa. Concluiu-se, assim, que o carácter transversal e estruturante do projecto, qualidades que julgamos inovadoras e enriquecedoras no panorama nacional, em vez de ajudar à sua elegibilidade era, sobretudo, um impedimento.

Era clara uma certa estranheza, manifestada nos contactos, de num projecto se integrarem objectivos e actividades aparentemente tão diferentes como a digitalização de documentos e a conversão de instrumentos de descrição, apesar da justificação sobre a mais-valia que fica para a instituição no conhecimento que adquire, na partilha destes com outros serviços e instituições, nos equipamentos que serão rentabilizados, no controlo da qualidade do trabalho a efectuar, na criação de postos de trabalho, ainda que temporários, etc.

Convencidos de que não seria possível obter financiamento para o projecto tal como era apresentado, ponderando as disponibilidades de aceitação de candidaturas (concursos abertos) e as condições de elegibilidade das mesmas nos diferentes programas ou estruturas de financiamento, repensámos os “pontos” nucleares do projecto, identificando os sub-projectos que apresentariam coerência e que poderiam ser concretizados de um modo consistente e estruturante para a instituição (não estávamos apenas interessados em digitalizar!).

Assim, o projecto foi estruturado com o objectivo de disponibilizar em linha, local e remotamente, os conteúdos do Arquivo, para o que era necessário digitalizar os documentos (é também um modo de preservar os documentos existentes) e ter instrumentos de pesquisa que, descrevendo-os, permitam o seu acesso.

O projecto foi elegível no âmbito do Programa Operacional da Cultura (POC), Acção 3: Tratamento e digitalização de arquivos, fundos bibliográficos e produções musicais.

O investimento total final cifrou-se em 228.493,11 € dos quais o financiamento do POC é de 154.840,81 € (75% das despesas elegíveis para financiamento) e a comparticipação do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo de 51.646,93 € (25% das despesas elegíveis, suportadas pelo PIDDAC). Os restantes 21.905,37 € reflectem a contabilização dos recursos a disponibilizar pelo próprio Arquivo Distrital do Porto, correspondendo a despesas correntes e recursos humanos internos, largamente ultrapassadas, e não

elegíveis para financiamento.

Há no entanto que referir que as dificuldades não acabaram com a aprovação do financiamento pelo POC. De facto, as próprias exigências na candidatura (nomeadamente de documentos de suporte ao orçamento) enfermam de alguma irracionalidade tendo em vista alguns procedimentos obrigatórios para a aquisição de serviços e equipamentos. O financiamento segue as regras (e a morosidade) dos procedimentos inerentes ao funcionamento da Administração Pública pelo que dificilmente se consegue prever e cumprir calendários com o rigor que seria desejável. Por outro lado, a limitação a um ano de financiamento para os projectos ditos imateriais, dificultou a execução deste em alguns aspectos, nomeadamente por não nos permitir o tempo desejável para testar devidamente os ajustes e os desenvolvimentos das aplicações informáticas.

Estes são alguns aspectos que resultam das dificuldades de adequar certo tipo de projectos aos programas de financiamento existentes, principalmente quando os aqueles têm componentes de desenvolvimento que obrigam a alterações nos “instrumentos” a utilizar (sejam materiais a adquirir seja a equipa do projecto) resultantes da evolução da investigação, do estado da arte e da praxis referentes a algumas das tarefas a executar.

ASPECTOS TÉCNICOS

Um arquivo digital implica antes de mais novos serviços enquadrados numa filosofia renovada de interação com o utilizador. Assume-se a proximidade virtual do leitor permitindo a oferta de produtos e a consequente solicitação dos mesmos de forma transparente e sem percepção de distância. Essa mesma distância que impede o contacto presencial com o arquivista nomeadamente no apoio à referência, deve ser colmatada por interacção tecnologicamente mediada para satisfação de informações, de dúvidas e mesmo para orientação do leitor. Os processos a utilizar enquadram-se no designado CRM (Customer Relationship Management) naturalmente orientados para o universo específico de clientes de um Arquivo. A utilização deste conjunto de processos constitui uma área nova no universo dos arquivos embora não totalmente estranha às instituições que tenham desenvolvido processos de creditação de qualidade. Trata-se na realidade de caracterizar o cliente para direccionar os produtos de acordo com os seus interesses ou ainda propor “produtos” até aí desconhecidos mas que se revestem de potencialidades consideradas elevadas para os seus propósitos. A lógica de marketing, de uma forma geral estranha às instituições de arquivo, é um campo que deve ser convenientemente explorado sem preconceitos de natureza missionária ou anti-economicista. Neste campo a implantação de um arquivo digital é certamente vantajosa.

Naturalmente que a elevada mediação tecnológica implica o desenvolvimento de soluções sofisticadas e coerentemente desenvolvidas. No caso do Arquivo Distrital do Porto consideramos essenciais as seguintes funcionalidades (1) integração/descrição; (2) acessibilização; (3) serviços em linha; (4) preservação

digital.

Integração e descrição

Para o utilizador poder consultar o que quer que seja necessita saber o que um determinado Arquivo possui, qual a documentação que custodia e os seus aspectos – conteúdo, forma e contexto – particulares. É necessário a instituição custodiadora divulgar o seu “*stock*”. No caso de um arquivo esse bem patrimonial é constituído pelos documentos custodiados. Esta divulgação implica várias actividades: antes de mais passa necessariamente pelas descrições que são produzidas. Sem a sua consulta que tem que ser necessariamente completa e elucidativa, o utilizador não pode saber quais os documentos que existem, quais os que pretende consultar ou que podem potencialmente adequar-se aos seus propósitos. A ausência deste conjunto meta-informativo, porque pode ocasionar equívocos nas requisições de documentos poderá ter como consequência atitudes de desconfiança e resistência quanto à utilização remota do arquivo.

A produção de descrições completas e normalizadas é um requisito básico para o sucesso da utilização remota. A esta actividade acresce a reutilização de antigos instrumentos de descrição normalmente existentes nos Arquivos e que, apesar de na maior parte dos casos terem sido produzidos sem grande rigor sob o ponto de vista técnico arquivístico e sem coerência descritiva, contêm meta-informação importante que pode constituir, desde que abordada com precaução, um excelente reforço das descrições produzidas de raiz. Este processo de integração de descrições antigas com descrições recentes constitui um factor de enriquecimento primordial do universo pesquisável de um arquivo.

O processo de integração de descrições implica por um lado a conversão do papel para textos digitais que foram, no caso da experiência do Arquivo Distrital do Porto, submetidos a OCR de acordo com configurações pré-definidas complacentes com os diferentes *layouts* documentais identificados. Salientamos que a opção de utilizar OCR foi comparada e avaliada relativamente com a alternativa de introduzir manualmente em computador os textos impressos. Este último método tem sido o mais utilizado internacionalmente (veja-se por exemplo a experiência do PRO). No entanto consideramos que o OCR desde que devidamente programado e dependendo evidentemente da complexidade estrutural dos documentos fonte, pode retornar resultados vantajosos, desde que se assuma com indispensável a capacidade, própria ou contratada, de configurar informaticamente a aplicação utilizada [1]. A razão para este facto reside na possibilidade de realizar o mesmo volume de trabalho em igual período de tempo, mas sendo necessário um menor número de recursos humanos. No caso do projecto Digitarq foram afectados dois técnicos de arquivo, um dos quais licenciado. No entanto durante os primeiros 6 meses apenas um esteve afecto ao processo. A média de processamento estabilizou contabilizada em tempo dispendido por página estabilizou após o período inicial de adaptação, em cerca de 26 minutos.

Após este processo estar completo a conversão avançou

para uma segunda etapa em que a informação obtida foi organizada de duas formas: (1) foi classificada e enquadrada de acordo com as normas de descrição utilizada – a ISAD e o EAD; (2) integraram-se as descrições assim obtidas e já normalizadas com as descrições de produção arquivística que se reportavam a um mesmo núcleo documental. Este processo teve como corolário a constituição de um repositório de meta-informação em que foram unificados todos os ID referenciados no Arquivo, independentemente do seu suporte ou da sua origem.

As vantagens sob o ponto de vista de utilização por parte do leitor e do arquivista são consideráveis visto que toda a informação passou a estar disponível através de um único ponto de acesso, ao contrário do cenário anterior que obrigava a pesquisar informação em diversos documentos-fonte quase sempre fisicamente distanciados entre si.

Acessibilização

Um segundo aspecto relaciona-se com a acessibilização da informação assim conseguida. Esta implica necessariamente a oferta de capacidade de pesquisa. Para tal uma interface em ambiente web que actue sobre o repositório criado é uma condição imprescindível para o acesso à informação. A opção pelo ambiente web é incontornável dado o nosso objectivo de servir utilizadores remotos.

A construção de uma ferramenta deste género é tudo menos simples! Um utilizador tem percepções diferentes sobre a lógica de interrogação a efectuar pelo que é necessário encontrar denominadores comuns. Para além disso o utilizador normal não está normalmente familiarizado com a metodologia de descrição arquivística e efectuar interrogações “bibliotecárias” as quais são ineficazes no contexto de um arquivo. Um utilizador habituado a pesquisar por autor, título ou ainda por assunto, critérios comuns e eficazes em contextos de bibliotecas, revelam-se profundamente ineficientes no âmbito de núcleos documentais arquivísticos cujas lógica de organização e descrição documental obedecem a critérios e procedimentos completamente diferentes. Primeiro porque a descrição é realizada do geral para o particular descrevendo sucessivos agregados documentais que se vão crescentemente granularizando à medida que nos dirigimos para os níveis mais baixos. Depois porque a unidade atómica de descrição que nos arquivos é o documento, contém atributos intrinsecamente diferentes da idêntica unidade de descrição nas bibliotecas - a monografia ou o periódico. Finalmente porque nos arquivos está presente um elemento de descrição vital para a compreensão total dos documentos: o contexto de produção. A interface criada procurou combinar estes aspectos associando uma estrutura arquivística que se pretendeu respeitar, com valências porventura mais intuitivas que flexibilizavam a complexa estrutura técnica arquivística. Assim o utilizador pode procurar informação recorrendo a elementos tradicionalmente simples, como seja o autor/destinatário, localidade ou termos de indexação, os quais podem ser associados a outros elementos como os níveis de descrição ou a referência

A consulta em linha de documentos

Relativamente a esta função convém distinguir entre duas situações diferentes: Por um lado temos a associação de imagens a descrições documentais, ou seja a criação de objectos digitais que replicam num universo virtual as unidades de descrição existentes no universo analógico. Este processo tem naturalmente implicações complexas de ordem técnica, logística e organizacional e é empreendida por decisão interna da entidade custodiadora. No ADP projectos desta natureza são decididos em função de critérios de diversa natureza – como a política de valorização e publicitação de determinados fundos documentais, o estado de conservação, a frequência de acesso – definindo-se que núcleos documentais deverão ser reproduzidos digitalmente e qual a integridade dessa mesma reprodução.

Num segundo plano consideraram-se as imagens que obedecem a solicitações expressas por utilizadores e que não se encontram disponíveis em linha. O utilizador remoto, i.e., todo aquele que não acede presencialmente à documentação custodiada pelo Arquivo, necessita naturalmente de consultar os documentos que pretende. Por esse motivo é necessário proporcionar-lhe a possibilidade de solicitar e aceder à documentação pretendida de forma remota. Note-se que a prestação deste serviço equivale a extracção de uma cópia analógica a qual é igualmente solicitada remotamente. A semelhança com a consulta presencial é apenas aparente já que é requerido ao ADP um esforço suplementar traduzido em afectação de recursos humanos e materiais. A diferença essencial reside na capacidade de essa mesma cópia ser consultada em linha o que acelera consideravelmente o processo. No caso dos utilizadores residentes fora da área do Porto e de Portugal este serviço assume benefícios evidentes. Tomando como exemplo leitores do Brasil (de onde provêm a maior parte de pedidos relativos à aquisição de nacionalidade portuguesa) sabemos que o tempo de espera desde a solicitação inicial e a chegada da cópia pedida oscila entre 3 semanas a um mês e meio. No caso de uma cópia digital acessibilizada, esse período de espera poder-se ia reduzir a 3-5 dias, desde que sejam implantadas funcionalidades de comércio electrónico viabilizadoras de pagamento à distância. Neste cenário estas imagens serão sujeitas a emolumentos na medida em que equivalem ao pedido de reproduções analógicas. Salientamos que existe uma tabela emitida pelo IAN/TT que estipula valores a cobrar por serviços emolumentares bem como as tabelas em aplicação nos produtores de origem (Cartórios Notariais, Registo civil e Tribunais) as quais o ADP tem que respeitar de acordo com a sua lei orgânica pela qual se rege. Este facto levanta problemas que foram considerados no projecto: (1) A necessidade de criar espaços virtuais na intranet do ADP destinados a cada utilizador recolher as imagens solicitadas. Estes espaços são de natureza provisória terminando após a finalização de um prazo pré-estabelecido considerado necessário para o utilizador consultar e descarregar as imagens aí depositadas. (2) O facto do acesso ao utilizador ser permitido apenas após a efectivação do pagamento o qual se processa em linha através de funcionalidades de comércio electrónico. (3) A qualidade das imagens

depende do fim para o qual o utilizador declarou necessitar dessas reproduções. Note-se que qualquer imagem produzida pelo ADP obedece a critérios técnicos internamente definidos de legibilidade e dimensão, de forma a alcançar um equilíbrio optimizado entre qualidade/peso da imagem. Qualquer alteração a este compromisso pode ser negociada mediante a apresentação de razões para tal por parte do requerente. Imagens destinadas a publicação por exemplo deverão ser alvo de uma maior qualidade de captura e processamento embora neste caso particular se levante outro tipo de questões ligadas a copyright e salvaguarda de direitos de autor que não trataremos aqui. Este serviço apenas será completado com a implementação de processos de assinatura digital e de encriptação que permitam disponibilizar electronicamente cópias certificadas de documentos. Para tal estamos dependentes de uma maior clarificação por parte da tutela sobre a utilização de assinaturas digitais e ainda do intercâmbio internacional de documentos electrónicos certificados. Um problema possível é, por exemplo, em que medida um utilizador residente no Brasil poderá utilizar no seu país e para os seus propósitos específicos um documento desta natureza?

Preservação digital

Trata-se de gerir de forma integrada toda a produção de imagens dentro do Arquivo. O processo de gestão de imagens, normalmente abordado de forma displicente como se de uma coisa simples se tratasse, comporta diversos problemas que devem ser equacionados: (1) Por um lado definir qual a política de aquisição a qual implica decidir que imagens guardar e que imagens descartar. Uma imagem produzida por solicitação de um utilizador pode representar documentos isolados (por exemplo um registo de baptismo dentro de um livro de registos de baptismos) dificilmente geríveis mesmo assumindo que fossem produzidas descrições desse mesmo documento. Note-se que num Arquivo a descrição ao nível de catálogo é rara pelo que normalmente a replicação digital de um documento pode não ter equivalente descritivo. (2) Um segundo problema diz respeito à metodologia e técnicas de aquisição de imagens. É, com efeito, necessário elaborar perfis – i. e., um conjunto de configurações dos dispositivos de captura considerados adequados para a obtenção de um resultado óptimo para a aquisição de matrizes – de acordo com as características físicas da documentação a digitalizar. Tal implica a realização prévia de testes chamados de pré-digitalização [2]. Normalmente a prática sistemática de projectos de digitalização permite ir construindo perfis que comportam a maior parte dos casos existentes no universo do arquivo. No caso do ADP dois projectos de média dimensão – a recuperação do arquivo do SAAL/N e a produção de um CD multimédia sobre o arquivo do Eça de Queirós, permitiram ganhar a experiência necessária para abordar com alguma confiança a constituição de perfis a ser utilizados na construção do Arquivo Digital. Estas configurações uniformizadas são utilizadas sempre que se dá início a um projecto de digitalização assegurando-se dessa forma a uniformização coerente da captura das imagens.

A equipa de projecto definiu ainda os objectos digitais como equivalentes electrónicos de unidades de descrição (unidades de instalação, documento composto e documento simples) e como unidade básica do arquivo digital, sendo constituídos por uma ou mais imagens que podem ser organizados de acordo com uma estrutura plana ou hierárquica. O objectivo primordial é a apresentação ao leitor do objecto digital de forma ajustada à estrutura do documento original. Um processo judicial que se divide em diversas partes relativas aos sucessivos pontos de tramitação processual será mostrado ao leitor não como uma sequência linear de imagens mas como uma estrutura hierárquica em que subconjuntos de imagens são classificados debaixo de “nodos” que representam as componentes identificadas do processo.

(3) **A meta-informação a utilizar na produção de objectos digitais.** Um dos recursos obrigatoriamente identificação, recuperação e preservação do valor probatório dos documentos digitalizados. Uma outra valência essencial deste recurso é a preservação de informação técnica sobre a produção do objecto digital e imagens componentes de forma a facilitar posteriores processos de migração. Existem vários esquemas possíveis e mesmo combinações dos mesmos. No entanto a escolha do esquema julgado adequado não esgota o problema. É necessário seguidamente implementar esse esquema fazendo da sua utilização um processo prático e o mais expedito possível. É impensável solicitar a um operador o preenchimento manual de dezenas de campos! A inserção nesse esquema de meta-informação de documentação de suporte e de normalização ou mesmo especificações ou simples recomendações técnicas utilizadas na concepção do arquivo digital e na produção dos objectos digitais é um passo fundamental.

(4) A preservação a longo prazo de objectos digitais implica a implementação de funcionalidades que ajudem a estabelecer e controlar prazos de revisão dos suportes e objectos digitais bem como de refrescamento de suportes e ainda de migração. Quando se possuem milhares de objectos digitais armazenados em milhares de suportes a complexidade de preservação assume uma dimensão económica e logística completamente diferente que obriga naturalmente à criação de mecanismos de controlo automatizados que permitam, em função de critérios pré-definidos, a monitorização dos suportes e das próprias imagens neles armazenadas.

O trabalho até agora desenvolvido já permitiu ensaiar novas formas de transferência de documentação, acompanhadas de alguns repositórios de informação desenvolvidos no âmbito da instituição produtora [3], e o fornecimento de ferramentas informáticas para a elaboração de guias de remessa, permitindo assim alimentar de forma continuada o arquivo digital do ADP e manter a recuperação da informação transferida sem perdas significativas de tempo em novos trabalhos de reorganização

CONCLUSÃO

Os Arquivos ao assumirem a necessidade de produção e gestão de arquivos digitais, têm de assumir uma postura que não pode ficar confinada à simples constatação de que os suportes da informação sofreram uma alteração. Implica também, profundas alterações de âmbito organizacional. Este desafio tem que ser encarado de forma determinada, mas ao mesmo tempo com a consciência que muito dificilmente sozinhos e com os meios actualmente disponibilizados seremos capazes de ultrapassar mais esta fase de transição.

A prestação de novos serviços e a perspectiva de produção de novos produtos obrigam necessariamente à implementação de novas infra-estruturas e à consideração de novas modalidades de promoção dos arquivos.

No âmbito dos novos produtos, o foco está orientado para a gestão dos utilizadores e a definição clara dos seus diferentes perfis e para a angariação de novos clientes, fazendo apelo, nomeadamente, a técnicas de *marketing*. Os arquivos digitais, permitindo o acesso remoto via web, afiguram-se como oportunidades de negócio, pelas mais-valias introduzidas. Contudo, a existência de salas de leitura virtual não deve ser encarada como uma mera reprodução das actuais áreas de referência e leitura presencial.

Problemas associados aos múltiplos tipos de acesso, em simultâneo e de forma diferida, como o pagamento electrónico e, sobretudo, a assinatura digital, que permitam a transferência de uma informação autêntica e fiável, esbarram com constrangimentos de ordem burocrática e legal, que não são fáceis de ultrapassar sem uma profunda alteração no actual panorama da

Administração Pública Portuguesa.

Maior autonomia, mais competência, mas sobretudo mais e melhores meios humanos e materiais são absolutamente indispensáveis para vencer o desafio da modernização e conseguir aumentar significativamente os níveis de satisfação dos utilizadores dos arquivos.

NOTAS

1. No ADP foram identificados 4 estruturas de página para cada uma, para as quais foram definidas quatro diferentes configurações de OCR. Para cada uma delas obtiveram-se tempos diferentes de conversão e anotação sendo o tempo indicado a média aritmética dos diferentes tempos contabilizados.
2. Os perfis de digitalização (em inglês, *benchmarking*) são o resultado dos testes de pré-digitalização que, realizados sobre um determinado universo documental, permitem obter amostragens de tipologias documentais e respectivas opções ideais de aquisição das respectivas imagens.
3. Estão neste caso a conversão de ficheiros, já elaborados em formato electrónico pela respectiva entidade produtora, com a descrição da documentação (custodiada pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, STCP S. A.) utilizando a especificação do EAD. Um outro exemplo que pode ser referido foi a conversão de bases de dados oriundas dos trabalhos de descrição do Arquivo do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, utilizando processos similares e que contou com a intervenção do ADP a montante, na concepção de um plano de classificação que está a ser utilizado pela instituição nas suas actividades de produção actuais.